

# Invasões prejudicam turismo e ES perde dinheiro

Fotos de Chico Guedes

**Leonece Barros**

O potencial turístico do Espírito Santo, reforçado pelas praias no Norte e no Sul e pelas montanhas na região serrana é um filão econômico oficialmente mal explorado e maltratado. O desenvolvimento turístico é prejudicado por uma série de entraves aos projetos que a Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Espírito Santo (Sedes) tem para o setor. Baixa capacidade de gerar recursos em alguns municípios, indiferença quanto a áreas consideradas privilegiadas, invasões de áreas apropriadas à instalação de equipamentos turísticos são considerados os principais problemas do setor, e atingem todo o Estado.

Segundo levantamentos realizados pela Sedes, 40% do potencial turístico do Espírito Santo na região Sul e 10% no Norte, estão afetados pelas invasões de áreas nobres, que serviriam muito mais à comunidade se estivessem livres para turismo, através da instalação de equipamentos apropriados à sua exploração. "É preciso que os municípios cuidem de planos diretores urbanos, definindo com visão progressista a ocupação do solo, destinando as áreas à sua apropriada ocupação", frisou a Secretaria da Sedes, Eliana Abaurre Ferrari.

## Prejuízos

Eliana Abaurre disse que a Sedes fez o levantamento dos prejuízos causadas ao potencial turístico no Estado, com o objetivo de trabalhar junto aos municípios, conscientizando-os da importância de atrelar os atos da administração à conservação do meio ambiente dos pontos de exploração do turismo, observando ainda a necessidade sócio-econômica dos habitantes. "É lamentável observar que, por falta de visão administrativa, alguns municípios pensam resolver o

Em contrapartida, garantem precárias condições de moradia, falta de infra-estrutura, doenças e distanciamento dos turistas", frisou a secretária.

Segundo levantamento do Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), só em Vila Velha, que é um município de grande potencial turístico, existem 23 invasões. Oito delas estão na Rodovia do Sol, sendo seis próximas à Barra do Jucu. São elas: Dona Normília, Terra Vermelha, Ulisses Guimarães, Banheirinhos, 23 de Maio, Jabaeté e Nova Itaparica I e II. O IJSN garante que existem 6.726 famílias vivendo em condições precárias nessas ocupações. As de Terra Vermelha e Jabaeté ficam próximas à Lagoa de Jabaeté, que o prefeito de Vila Velha, Vasco Alves, tem garantindo que será um grande ponto turístico no município.

O prefeito da Serra, João Baptista Motta, avesso à prática de invasões, garante que as áreas devem atender à destinação social, mas lamenta a forma como são ocupadas. "O ideal seria a organização das comunidades, o contato com as administrações. Estas desapropriariam as áreas, montariam a infra-estrutura e a ocupação seria ordenada, evitando servir aos interesses de grupos profissionais em invasões, e atendendo à necessidade de moradia", frisou.

O prefeito de Vila Velha, Vasco Alves, disse que considera as ocupações um processo natural, gerado pela necessidade que as pessoas têm de moradia, com déficit muito grande. "Nossa política de desfavelização resolve a situação. Não vemos problemas com as ocupações e não achamos que elas afetam o turismo, porque damos a elas um tratamento de humanização. Quem duvidar disso, basta ver através de fotos o que era o Vale do Amanhecer, e os bairros 23 de maio e Ulisses Guimarães como são conhecidos



Invasor construindo o seu barraco no Bairro Vale do Amanhecer, nas proximidades da Barra do Jucu, onde hoje estão concentradas oito favelas

## 'Cartel' organiza a criação das favelas

As invasões de áreas importantes para o turismo, nos municípios da Grande Vitória, são montadas por equipes de profissionais especializados nessas ações. Os membros do "Cartel de Invasores", conforme são chamados pelo advogado Nacyr Amm, são bem informados e conseguem criar uma verdadeira confusão jurídica no setor. A delegada especializada em Defesa do Consumidor, Vanusa Calmon Rodrigues, preside vários inquéritos que apuram irregularidades de vendas de terrenos cujas propriedades e posses suscitam dúvidas. Alguns são vendidos a mais de uma pessoa, pelo mesmo agente imobiliário.

Para o prefeito da Serra, João Baptista Motta, os profissionais de invasões que praticam esses crimes contra a região da Grande Vitória contam com o apoio de políticos inescrupulosos. "Sou avesso a invasões porque elas nunca atendem aos interesses da comunidade local. Em nossa primeira administração resolvemos o problema da invasão de Cantinho do Céu, que hoje é Jardim Tropical. Com sacrifícios conseguimos levar água, luz, esgoto, escolas, creches e descobrimos que logo

O prefeito lamenta a existência da invasão de Vila Nova de Colares. Ele garante que o local poderia ser bem habitado se, em vez da invasão, tivessem programado a ocupação da área, dentro de critérios legais para a construção das habitações. "É uma invasão destinada a pessoas de outros Estados. O número de capixabas - não falo em serranos - não chega a 5%. Se encontrarem lá 5% de capixabas eu ficarei satisfeito. É um processo desencadeado por grupos profissionais, que trazem problemas de outros Estados, para serem resolvidos aqui. Em Nova Almeida, os moradores legalmente estabelecidos sofrem com uma invasão surgida naquela área", frisou Motta.

O advogado Nacyr Amm disse que o processo de usurpação de direitos, com a invasão da área na Ro-

dovia do Sol, na faixa que vai da Ponta da Fruta até Setiba, o obrigou a solicitar à Justiça o sequestro de toda a área. "Os invasores profissionais conseguiram montar uma balbúrdia tão grande naquela área, principalmente no loteamento Praia do Sol, que solicitamos à Justiça de Guarapari o sequestro de toda o terreno. Com isso, procuraremos redefinir o loteamento, conforme consta de documentação aprovada pela Prefeitura de Guarapari, quando ele foi lançado, em 82, pela Empreendimentos Minas Espírito Santo S/A (Emesa), cujo controle acionário pertence à Companhia de Melhoria e Desenvolvimento S/A (Comdusa). Tem um grupo de corretores vendendo e revendendo livremente lotes naquela região", frisou Amm.

Em alguns casos, os invasores combinam e montam uma briga jurídica, visando induzir a Justiça a erros, conforme disse uma fonte ligada a investigações no setor. "Eles agem com inteligência e em alguns casos simulam uma briga através da Justiça. Se recebem um documento favorável, passam a ser proprietários, principalmente de um terreno sobre o qual tinham informações prévias, sabendo de antemão que o proprietário não recolhe impostos, o abandonou", frisou a fonte, que não quis se identificar. O prefeito João Baptista Motta disse que foi que aconteceu com o terreno do Goldino Sanches, que é do Rio de Janeiro e abandonou a área onde hoje existe o bairro Jardim Carapina próximo ao Aeroporto de Vitória.



municípios, conscientizando-os da importância de atrelar os atos da administração à conservação do meio ambiente dos pontos de exploração do turismo, observando ainda a necessidade sócio-econômica dos habitantes. "É lamentável observar que, por falta de visão administrativa, alguns municípios pensem resolver o problema de moradia com invasões, inviabilizando uma grande fonte de arrecadação e de empregos, que é o turismo.

desfavelização resolve a situação. Não vemos problemas com as ocupações e não achamos que elas afetam o turismo, porque damos a elas um tratamento de humanização. Quem duvidar disso, basta ver através de fotos o que era o Vale do Amanhecer, e os bairros 23 de maio e Ulisses Guimarães como são conhecidos hoje. Vejo como problema as favelas nascidas nos conjuntos de prédios, que são difíceis de ser transformadas", frisou.

Baptista Motta, os profissionais de invasões que praticam esses crimes contra a região da Grande Vitória contam com o apoio de políticos inescrupulosos. "Sou avesso a invasões porque elas nunca atendem aos interesses da comunidade local. Em nossa primeira administração resolvemos o problema da invasão de Cantinho do Céu, que hoje é Jardim Tropical. Com sacrifícios conseguimos levar água, luz, esgoto, escolas, creches e descobrimos que logo após, 80% dos que ali chegaram, vindos do Sul da Bahia e Minas Gerais, tinham vendido suas casas e partido para outras invasões" frisou Motta.

que o processo de usurpação de direitos, com a invasão da área na Ro-

vremeente lotes naquela região", frisou Amm.

je existe o bairro Jardim Carapina próximo ao Aeroporto de Vitória.



Áreas importantes para o desenvolvimento de projetos turísticos são transformadas em favelas em Vila Velha

## Água e luz chegam logo

A pressão que os moradores de invasões exercem sobre a Cesan e Escelsa é tão significativa - por causa do prejuízo que causam com os "gatos" para roubos de água e energia elétrica - que essas áreas acabam tendo preferência no fornecimento em relação a regiões consideradas nobres.

Segundo o gerente comercial da Cesan, Sebastião Fortes Coelho, as invasões causam um grande problema para fornecimento. "Os moradores perfuram a rede, esticam mangueiras e a experiência da Cesan mostra que não adianta ir ao local arrancar as mangueiras. No dia seguinte eles retornam com as ligações clandestinas, tornando uma briga que a companhia nunca vence", frisou Fortes Coelho.

Passado algum tempo, segundo o diretor comercial, quando a pressão da água começa a não atender às ligações irregulares, os moradores se organizam em comissões e procuram a Cesan, conseguindo o fornecimento. "É um alívio para a empresa quando eles chegam ao ponto de procurar para reclamar do fornecimento. Esse é o momento importante para a Cesan. Aproveitamos para a legalização e desenvolvemos um processo de conscientização. Regularizamos o fornecimento em detrimento a outras áreas que tinham prioridade para evitar um problema ainda maior", frisou Sebastião Coelho.

O maior problema da Escelsa são os "gatos" (ligações clandestinas) nas invasões. Segundo a Assessoria de Comunicação, a empresa não se preocupa se a ocupação da área é ou não legal. Se for solicitada a ligação e o padrão estiver construído a empresa faz a ligação, porque essa é a forma de evitar os prejuízos com o furto de energia elétrica.

Além de causar prejuízos a empresa, as ligações clandestinas causam problemas no fornecimento de energia elétrica para as áreas onde a instalação é legal. Os problemas mais comuns são as constantes quedas de tensão. Segundo a assessoria, por causa das instalações elétricas irregulares, até mortes já foram registradas, principalmente de crianças.